



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 294, DE 2010

(nº 596/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, com o art. 39 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Os méritos do Senhor Marcos Leal Raposo Lopes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de outubro de 2010.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande e fluida traçada inicial, sobre uma linha horizontal.

EM No 00440 MRE

Brasília, 11 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCOS LEAL RAPOSO LOPES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de **MARCOS LEAL RAPOSO LOPES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCOS LEAL RAPOSO LOPES

CPF.: 610.875.217-34

ID.: 5073 MRE

1958 Filho de Alberto Raposo Lopes e Heloisa Sylvia Leal Raposo Lopes, nasce em 7 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

1982 CPCD - IRBr

1983 Terceiro Secretário em 15 de dezembro

1984 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente

1985 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor

1985 Delegação junto à ALADI, Montevidéu, Terceiro e Segundo Secretário

1987 Segundo Secretário em 17 de dezembro

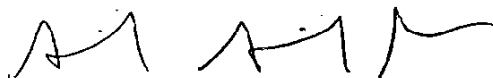
1988 Embaixada em Paris, Segundo Secretário

1991 Embaixada em Nova Delhi, Segundo Secretário

1993 CAD - IRBr

1994 Departamento de Integração Latino-Americana, Coordenador Executivo, substituto

1995 Divisão de Visitas, Subchefe
1995 Primeiro Secretário, por merecimento, em 23 de junho
1995 Ordem do Mérito da República Italiana, Itália, Oficial
1995 Ordem Infante D. Henrique, Portugal, Oficial
1995 Ordem do Mérito, Alemanha, Cruz do Mérito 1ª Classe
1996 Cerimonial, assessor
1996 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1997 Embaixada em Roma, Primeiro Secretário
2001 Conselheiro, por merecimento, em 29 de dezembro
2002 Coordenadoria-Geral de Planejamento de Pessoal, Coordenador-Geral
2002 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
2005 Embaixada no Cairo, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2006 Medalha do Pacificador
2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2007 CAE - IRBr - Cooperação com os Países Árabes - O Potencial da Liga dos Estados Árabes como Parceira do Brasil
2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho
2007 Cerimonial da Presidência da República, Assessor
2009 Cerimonial da Presidência da República, Chefe
2010 Ministro de Primeira Classe em 29 de junho



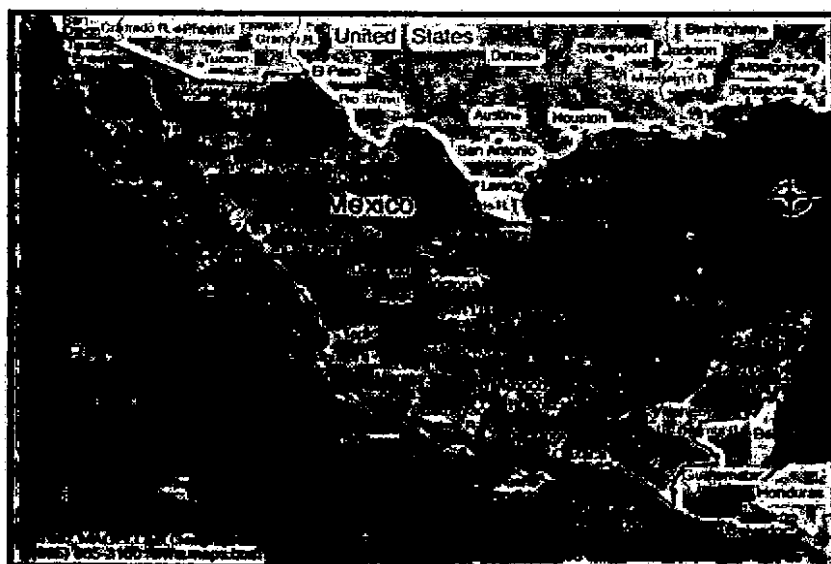
ADRIANO SILVA PUCCI

Diretor, interino, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Informação ao Congresso
04 de outubro de 2010

SUMÁRIO EXECUTIVO



ÍNDICE

ÍNDICE	2
DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
Felipe Calderón – Presidente da República	4
Patricia Espinosa Cantellano – Chanceler	4
RELAÇÕES BRASIL- MÉXICO	5
Comércio Bilateral	5
Acordo Estratégico de Integração Econômica (AEIE)	7
Investimentos Bilaterais	8
Relações com o Brasil em Matéria de Energia	9
Questões Consulares	9
Cooperação Bilateral.....	10
Ciência e Tecnologia.....	10
Cooperação Técnica.....	11
POLÍTICA INTERNA	11
Segurança Pública.....	12
O massacre de Tamaulipas	14
POLÍTICA EXTERNA	14
ECONOMIA	16
ENERGIA	17
Petróleo e Gás Natural	17
Repercussão do Acidente da BP no Golfo do México.....	18
Biocombustíveis	18
ANEXO I PERFIS ECONÔMICO-COMERCIAIS DO MÉXICO	20
ANEXO II: CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO	32
ANEXO III: CRONOLOGIA HISTÓRICA DO MÉXICO	34
ANEXO IV: ACORDOS EM VIGOR	35

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estados Unidos Mexicanos
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	República Presidencialista
ÁREA	1.964.375 km²
POPULAÇÃO (2010-estimativa)	112 milhões de habitantes
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	Eurameríndios (60%), ameríndios (30%), europeus ibéricos (9%) e outros (1%)
DATA NACIONAL	16 de setembro (independência)
PIB (2010)- estimativa	US\$ 1 bilhão
PIB PPP (2009)	US\$ 1.659,8 bilhões
PIB per capita (2010)-estimativa	US\$ 8.889
PIB PPP per capita (2009)	US\$ 14.917
UNIDADE MONETÁRIA	Peso Mexicano
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Felipe Calderón
CHANCELER	Patricia Espinosa Cantellano
REPRESENTANTE DO MÉXICO NO BRASIL	Embaixador Alejandro de la Peña Navarrete
REPRESENTANTE DO BRASIL NO MÉXICO	Embaixador Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho
MAIORES CIDADES	Cidade do México, Guadalajara, Netzahualcóyotl, Monterrey, Puebla, Juarez

Balança Comercial Bilateral (US\$ milhões FOB):

BRASIL ⇒ MÉXICO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 Jan- Jul
Exportações	2.342	2.741	3.947	4.063	4.440	4.260	4.281	2.676	2.675
Importações	580	533	703	843	1.309	1.979	3.125	2.783	2.783
Intercâmbio comercial	2.922	3.274	4.650	4.906	5.749	6.239	7.406	5.459	5.458
Superávit/Déficit Brasil	+1.762	+2.208	+3.244	+3.220	+3.130	+2.281	+1.156	-107	-108

PERFIS BIOGRÁFICOS

Felipe Calderón – Presidente da República



- Nasceu em 18 de agosto de 1962, em Morelia, Michoacán.
- É advogado formado pela Escola Livre de Direito da Cidade do México (1987).
- Fez estudos de Mestrado em Economia no Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM) e tem Mestrado em Administração Pública pela Universidade de Harvard.
- Foi Presidente nacional do Partido da Ação Nacional (PAN) de 1996 a 1999.

foi Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento – Banobras – e de Secretário de Energia do governo Vicente Fox.

- Venceu as eleições presidenciais em 5 de setembro de 2006. Seu mandato expira em 1º de dezembro de 2012.

Patricia Espinosa Cantellano – Chanceler



- Nasceu na Cidade do México em 21 de outubro de 1958.
- É formada em Relações Internacionais pelo Colégio de México e pós-graduada em Direito Internacional pelo Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em

Genebra.

- Diplomata de carreira, foi Embaixadora na Alemanha entre 2001 e 2002.
- Assumiu o cargo de Secretária de Relações Exteriores do México em 1º de dezembro de 2006.

RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO

As relações bilaterais atravessam, atualmente, momento bastante favorável, caracterizado por visível vontade política de ambos os lados de intensificar a cooperação em diversas áreas. As bases para a retomada do relacionamento bilateral foram lançadas com a posse do Presidente Felipe Calderón, em dezembro de 2006.

O Presidente Lula esteve seis vezes no México desde sua eleição: em dezembro de 2002 na Cidade do México, como Presidente-eleito; em setembro de 2003, novamente na Cidade do México, para visita de trabalho; em janeiro de 2004, em Monterrey, para participar da Cúpula Extraordinária das Américas; em maio de 2004, em Guadalajara, para a III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia; em agosto de 2007, para sua primeira visita de Estado àquele país, a convite do Presidente Calderón e, finalmente, em fevereiro de 2010, para participar da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, seguimento da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC).

Em 2006, o então Presidente-eleito Felipe Calderón esteve em Brasília, em visita que objetivou estabelecer os primeiros contatos pessoais com o Presidente Lula e outras autoridades brasileiras, com a intenção de aprofundar o diálogo e a cooperação entre o Brasil e o México. Calderón voltou ao Brasil, em visita de Estado, em agosto de 2009, ocasião em que deixou claro que pretendia alterar a tradicional resistência mexicana à maior aproximação comercial com o Brasil.

Cabe destacar ainda a realização, em 5 de maio de 2010, da II Reunião Interparlamentar Brasil-México, ocorrida em Brasília. Tratou-se, entre outros temas, do Acordo Estratégico de Integração Econômica (AEIE).

A visita mais recente de autoridade mexicana ao Brasil foi realizada no último dia 4 de agosto, quando a Secretária de Relações Exteriores, Embaixadora Patrícia Espinosa, esteve em Brasília e manteve reuniões com o Ministro Celso Amorim e com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, no contexto de preparação para a 16ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança o Clima (COP-16), que se realizará em Cancún, entre 29 de novembro e 10 de dezembro.

Comércio Bilateral

As relações econômico-comerciais entre Brasil e México continuam muito aquém do potencial das duas maiores economias da América Latina, representando apenas cerca de 2% do comércio total de cada parceiro. Os dois países adotaram trajetórias distintas no plano da política comercial. Enquanto o Brasil diversificou seus parceiros comerciais, o México - apesar da existência de vários acordos de livre comércio -, na prática, atrelou-se fortemente à economia norte-americana.

Brasil e México firmaram, em 2002, o Acordo de Complementação Econômica nº53 (ACE-53), que estabelece preferências tarifárias fixas para cerca de 800 produtos. Foi assinado, no mesmo ano, o ACE-55 (MERCOSUL-México), exclusivo para o setor automotivo, que abrange o comércio de veículos leves e pesados, ônibus, carrocerias e autopeças. Esses acordos conformam grande parte do comércio bilateral: no caso brasileiro, 85% das exportações ocorrem ao abrigo de acordos de preferência tarifária.

O comércio Brasil-México cresceu mais de 150% no período de janeiro de 2003 – quando o fluxo de comércio bilateral registrava US\$ 2,9 bilhões – a dezembro de 2008, com crescimento em ambas as direções, tendo a corrente de comércio entre os dois países atingido US\$ 7,4 bilhões, com superávit de US\$ 1,1 bilhão para o Brasil. Em 2009, em razão da crise financeira, o comércio bilateral caiu para US\$ 5,4 bilhões, com déficit para o Brasil de US\$ 107 milhões, o primeiro dos últimos doze anos. Esse déficit pode ser explicado pelo fato de que as importações brasileiras diminuíram em ritmo menos acelerado (- 10,9%) do que as exportações brasileiras para aquele país (- 37,5%), como resultado dos diferentes graus de impacto da crise sobre as duas economias. Nos sete primeiros meses de 2010 – e sinalizando processo de recuperação da economia –, as trocas comerciais foram de US\$ 4,1 bilhões, com déficit de US\$ 108 milhões para o Brasil.

Com base nos dados de 2009, os automóveis (US\$ 532,9 milhões, cerca de 20% do total) continuaram a ser o item mais importante da pauta de exportação brasileira, seguidos por produtos semi-manufaturados de ferro e de aço (US\$ 76,9 milhões ou 2,88%); partes de veículos automotores (US\$ 75,1 milhões ou 2,81%); e telefones celulares (US\$ 69,1 milhões ou 2,58%). Os principais produtos importados pelo Brasil do México, em 2009, continuaram a ser os automóveis (US\$ 910,3 milhões ou 32,71%); seguidos pelo ácido tereftálico (US\$ 318 milhões ou 11,4%) e por telefones celulares (US\$ 105,4 milhões ou 3,79%).

O intercâmbio bilateral tem como característica a concentração. Os dez principais produtos comercializados correspondem a 57% das exportações mexicanas ao Brasil e a 37% das exportações brasileiras para o México. Há marcante prevalência de manufaturas: dos 50 principais produtos exportados pelo Brasil ao México, 28 são manufaturas (17 são máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos e 11, material de transporte) e dos 50 principais produtos exportados pelo México ao Brasil, 30 são manufaturas (22 são máquinas e equipamentos e oito, material de transporte). Essa concentração ocorre também quanto ao tipo de empresa (93,9% do valor dos produtos são exportados por grandes empresas) e à origem dos produtos exportados pelo Brasil (80% dos produtos provêm de oito estados brasileiros, sobretudo do Centro-Sul).

Esse retrato de concentração, além do reduzido espaço atualmente ocupado pelo comércio bilateral, sinaliza o potencial que a relação Brasil-México oferece, em termos quantitativos e qualitativos, sobretudo no momento positivo que vive o diálogo político de alto nível.

Acordo Estratégico de Integração Econômica (AEIE)

Os Presidentes Lula e Calderón, durante a visita de Estado do mandatário mexicano ao Brasil em agosto de 2009, "instruíram suas respectivas autoridades competentes a se reunirem prontamente para definir os termos e o calendário de uma negociação com o objetivo de que a relação econômica bilateral corresponda às potencialidades de seus mercados, com pleno apego ao marco jurídico-constitucional de ambos os países. A esse respeito, solicitaram a suas equipes que explorassem todas as opções que permitissem ampliar o comércio e o investimento, incluindo a possível negociação de um acordo de livre comércio".

Após reunião bilateral em setembro de 2009, seguida de troca de informações e videoconferências, os Presidentes anunciaram, durante a reunião de trabalho bilateral que mantiveram à margem da Cúpula da Unidade, em fevereiro de 2010, o "início de um processo formal de trabalho para avaliar e determinar as áreas de oportunidades, alcances, benefícios e sensibilidades de um Acordo Estratégico de Integração Econômica (AEIE)".

Em maio de 2010, em reunião bilateral realizada na Cidade do México, foram acordados os termos de referência para a negociação do AEIE. Decidiu-se, entre outros pontos, que:

- a) o acordo será amplo e incluirá, além de tarifas, temas como serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual;
- b) terá cobertura integral, com o exame de todos os produtos, serviços e demais temas comerciais;
- c) serão reconhecidas as sensibilidades de ambos os países e será outorgado tratamento especial aos setores vulneráveis;
- d) não há prazo determinado para a conclusão das negociações e se adotará o princípio segundo o qual "nada estará acordado até que tudo esteja acordado";
- e) o acordo deverá transcender o marco comercial para incluir aspectos de cooperação e intercâmbio tecnológico; e
- f) um dos objetivos será uma arquitetura que promova a integração e o desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Acordou-se, ainda, a realização de uma série de reuniões e videoconferências entre as delegações a respeito de temas específicos, ao longo dos meses de julho e agosto.

Conforme acordado nessa reunião, durante o mês de junho e início de julho, realizaram-se, em Brasília, as seguintes reuniões temáticas dos grupos de negociação previstos nos termos de referência:

- 1) Acesso a mercados, Regras de Origem, Aduanas, Problemas e Barreiras de Acesso a Mercados - Mecanismo Ágil (17 e 18/06/10);
- 2) Serviços e Investimentos (24 e 25/06/10);
- 3) Salvaguardas Bilaterais (preferenciais), Cooperação em Matéria de Políticas de Concorrência e Medidas contra Práticas Desleais de Comércio, Obstáculos Técnicos ao Comércio, Compras Governamentais, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, e Propriedade Intelectual (5, 6 e 7/07/10).

Tais reuniões aprofundaram o intercâmbio de informação iniciado no em 2009 e propiciaram a discussão a respeito do escopo da negociação em cada tema.

Realizou-se, na Cidade do México, entre 30/08 e 03/09/10, nova rodada de encontros técnicos bilaterais sobre os vários temas previstos nos termos de referência. As

discussões permitiram novas trocas de informações sobre as legislações nacionais e a identificação de pontos de interesse e sensibilidades de ambos os países nos temas a negociar.

As negociações do AEIE enfrentam forte oposição de segmentos do setor privado mexicano, notadamente dos setores agropecuário e, com menos ênfase, de alguns setores industriais. Parte da argumentação dos opositores tem a ver com a chamada "fadiga dos acordos de livre comércio": após assinar acordos de livre comércio com 44 países, o México continua fortemente dependente das exportações (85%) e das importações (50%) dos EUA. Esses segmentos pedem que o Governo mexicano, antes de negociar outros acordos comerciais, "coloque o empresariado nacional em igualdade de condição com seus parceiros estrangeiros". Essa argumentação perde força quando se observa que a arrecadação tributária mexicana atinge apenas 10% do PIB.

Ademais, a questão do desconhecimento a respeito da economia brasileira gera mitos e preconceitos que acabam por criar ambiente desfavorável para o país nas negociações. Um mito recorrente – e de difícil justificativa, dado o acesso generalizado à informação – é classificar a agricultura brasileira como altamente subsidiada, comparando-a à da União Européia. Esses equívocos de percepção alimentam, no imaginário de parte do empresariado mexicano, a visão do Brasil como país que não evoluiu em suas práticas e políticas econômicas, mantendo-se ainda na condição de país "protecionista". Apenas alguns dos pontos alegados encontram algum respaldo na realidade, como a complexidade dos sistemas tributário e jurídico.

A recente nomeação de Bruno Ferrari – figura próxima ao Presidente Calderón – para a Secretaria de Economia, favorece o aprofundamento das relações comerciais com o Brasil, onde residiu por seis anos. Trata-se de formulador e ativo promotor da atual política de diversificação do comércio mexicano e do fluxo de investimentos.

À luz de dificuldades do lado mexicano derivadas i) de resistências de seu setor privado à negociação de acordo de livre comércio amplo com o Brasil e ii) de problemas políticos internos do atual Governo, não foi possível, até o momento, formalizar o lançamento das negociações do Acordo Estratégico de Integração Econômica. Há expectativa de que se possa lançar a negociação brevemente.

Investimentos Bilaterais

No campo dos investimentos bilaterais, o intercâmbio entre Brasil e México apresenta maior volume. Os investimentos mexicanos no Brasil são da ordem de US\$ 17 bilhões de dólares, com destaque para o setor de telecomunicações (Grupo Slim), fazendo do País o segundo principal destino dos investimentos mexicanos no exterior. Os investimentos brasileiros no México, por sua vez, são da ordem de US\$ 1 bilhão e deverão quadruplicar, nos próximos anos, com investimentos da Braskem e da Gerdau.

Consórcio formado pela Braskem e pela mexicana IDESA venceu licitação feita pelo Governo do México e pela PEMEX para fornecimento de 66 mil barris diários de gás etano a serem utilizados como matéria-prima no complexo petroquímico que será construído em Coatzacoalcas, no Estado de Veracruz. O investimento previsto para o desenvolvimento do novo complexo petroquímico, segundo a empresa, será de US\$ 2,5 bilhões, o maior já registrado por uma empresa brasileira no México. O contrato para a realização do empreendimento, com vigência de 20 anos, conta com 60% de capital acionário da Braskem. Estima-se que as operações gerarão cerca de 3 mil empregos diretos e indiretos permanentes e, durante a fase de construção, prevê-se a criação de 6 a 8 mil empregos. Deverá

representar redução de importações anuais mexicanas da ordem de US\$ 1,5 a 2 bilhões, além de importante avanço tecnológico no setor petroquímico do país.

A Gerdau está presente no México desde 2007, quando adquiriu, por US\$ 259 milhões, a siderúrgica Tultitlan (SIDERTUR), com capacidade para produzir 310 mil toneladas de aço laminado por ano. A empresa brasileira também adquiriu, em 2008, 49% do capital da siderúrgica "Aceros Corsa" por cerca de US\$ 100 milhões. Ambas as siderúrgicas estão localizadas no entorno da Cidade do México. Além dessas aquisições, a Gerdau pretende investir, até 2015, cerca de US\$ 600 milhões na construção de nova siderúrgica no México.

A Construtora Norberto Odebrecht participa das obras do Projeto Hidroagrícola de Michoacán, que inclui a construção de barragem para a formação de reservatório (81 milhões de m³), casa de força para aproveitamento hidrelétrico (4,5 MWh), canal de irrigação (35,5 km, com vazão de 12.5 m³/seg) e tecnificação de áreas de plantio. Prevê, ademais, a criação do Centro de Desenvolvimento Agrícola Sustentável (CeDAS), que contará com convênio de cooperação com a EMBRAPA, para a transferência de tecnologia das bem-sucedidas experiências desenvolvidas em regiões do semi-árido brasileiro. A expectativa das autoridades locais, assim como da própria construtora, é que o projeto, uma vez finalizado, seja exemplo de integração dos componentes econômico, ambiental e social, com possibilidade de que venha a ser reproduzido em outras regiões.

Relações com o Brasil em Matéria de Energia

Em agosto de 2007, durante visita do Presidente Lula, Brasil e México assinaram Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética, dedicado ao fomento do desenvolvimento tecnológico em matéria de exploração e produção de petróleo e gás natural. O Memorando criou Grupo de Trabalho para discutir formas de cooperação em matéria energética, cuja primeira reunião foi realizada em Brasília, em 2008. Houve, em 2009, uma segunda reunião desse GT. Ao abrigo do referido Memorando, também foi criado GT em biocombustíveis.

Em agosto de 2009, por ocasião de sua viagem ao Brasil, o Presidente Felipe Calderón visitou as instalações do CENPES, onde conheceu projetos sobre biocombustíveis e exploração de petróleo em águas profundas – tecnologia que o México não domina. Na ocasião, o Presidente Calderón defendeu a formação de aliança energética entre o Brasil e o México, tanto nos setores de petróleo e gás natural como na área de biocombustíveis. Expressou o interesse em concretizar acordos de cooperação e uma aliança entre as duas empresas.

Questões Consulares

O Consulado-Geral na Cidade do México foi aberto em março de 2009. Existem ainda propostas de criação de três novos consulados honorários brasileiros naquele país, nas localidades de Monterrey, Cancún e Tapachula. O primeiro recebeu anuência recentemente; o segundo e o terceiro estão sob apreciação da Chancelaria mexicana.

Segundo estimativas, há aproximadamente 14.000 brasileiros residentes no México, dos quais aproximadamente 1.000 estariam em situação migratória irregular. Com a introdução, em 2005, da exigência de vistos para brasileiros que viajam ao México, o número de nacionais do Brasil deportados ou impedidos de entrar naquele país diminuiu significativamente, o que fez o Brasil cair da primeira para a sétima posição entre os países com maior número de denegações de entrada por parte das autoridades migratórias mexicanas. A medida resultou em visível decréscimo no fluxo de brasileiros indocumentados que utilizam o território mexicano para migrar aos EUA. Cabe lembrar, ademais, que o México adotou, recentemente, política segundo a qual, caso o estrangeiro detenha visto norte-americano, fica dispensado da obtenção de visto mexicano.

Em cumprimento do compromisso presidencial acordado quando da visita do Presidente Calderón ao Brasil, em 2009, ocorreu na Cidade do México a III Reunião de Cooperação Consular entre Brasil e México. Entre os principais temas debatidos estiveram: a revisão de convênios e acordos, temas consulares e de facilitação imigratória, proteção e atenção a comunidades nacionais no exterior. Decidiu-se, igualmente, dar impulso à cooperação entre repartições consulares de ambos os países no exterior.

A IV Reunião de Cooperação Consular entre Brasil e México está prevista para o primeiro trimestre de 2011. A intenção dos dois países é dar continuidade às recentes iniciativas de cooperação na área consular estabelecidas entre os dois governos, para intercâmbio de informações, experiências e boas práticas. Entre os principais temas objeto da cooperação bilateral merece destaque a cooperação entre os Consulados do Brasil e do México em Nova Iorque e Chicago, para intercâmbio de boas práticas na esfera de atendimento ao público, relacionamento com as respectivas comunidades e a prestação de serviços de segunda geração, tais como assistência médica, trabalhista e educacional.

Em resposta à recente chacina em Tamaulipas, na qual foram vitimados cidadãos brasileiros originários de Minas Gerais e do Pará, o Consulado-Geral e a Embaixada do Brasil no México atuaram junto às autoridades mexicanas, com o objetivo de identificar as vítimas brasileiras, obter a liberação dos corpos para repatriação, e esclarecer as circunstâncias do crime. Nesse sentido, contou-se com o apoio da Polícia Federal, que enviou peritos ao México para apoiar as autoridades locais no processo de identificação.

Cooperação Bilateral

Ciência e Tecnologia

O Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o México foi firmado em 1974, mas foi a partir da II Reunião da Comissão Binacional, em julho de 2009, que a cooperação científica e tecnológica bilateral recebeu maior impulso. Os resultados apresentados pelo Grupo de Trabalho para Assuntos Científicos e Tecnológicos daquela Comissão tornaram possível a assinatura de acordos interinstitucionais nas áreas de nanotecnologia, biotecnologia, agropecuária, espaço e saúde, durante a visita do Presidente Felipe Calderón ao Brasil. Merece destaque a assinatura dos Protocolos de Intenções para a criação de Centros Bilaterais Virtuais de Nanotecnologia e Biotecnologia, entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México (CONACYT).

O Centro Brasil-México de Nanotecnologia entrou em funcionamento logo após a visita do Presidente do México ao Brasil em 2009. Já a implantação do Centro Brasil-México de Biotecnologia tem avançado mais lentamente, e ainda não se concretizou.

Cooperação Técnica

Como resultado da realização da III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, no México, de 13 a 17 de julho de 2009, foram elaborados 18 projetos de cooperação (10 do Brasil e 8 do México), nas áreas de saúde, educação técnica, formação profissional, recursos hídricos, estatística, geografia e agricultura. Os respectivos ajustes complementares foram assinados por ocasião da visita do Presidente Felipe Calderón ao Brasil.

Cinco projetos, nas áreas de saúde (bancos de leite humano, cooperação entre o Ministério da Saúde e a Secretaria da Saúde do México), recursos hídricos (cooperação entre a Agência Nacional de Águas - ANA/Comissão Nacional da Água do México - CONAGUA), educação profissional (cooperação entre SENAI, SENAC e o Colégio Nacional de Educação Profissional e Técnica - CONALEP) já foram iniciados. Quatro projetos entre o INEGI e o IBGE deverão, ainda, ser revisados por ambas instituições para a assinatura dos respectivos acordos de implementação. Os projetos que prevêem o envolvimento da EMBRAPA estão aguardando que o México (Instituto Nacional de Investigações Florestais, Agrícolas e Pecuárias - INIFAP) responda às propostas de datas para dar início às primeiras atividades previstas.

POLÍTICA INTERNA

Eleito em 2006, pelo Partido da Ação Nacional (PAN), o Presidente Calderón iniciou seu mandato com a promessa de melhorar a quantidade e a qualidade dos empregos no país. Essas expectativas foram frustradas pela crise econômica internacional, pela epidemia de gripe suína e por onda de violência sem precedentes. Nas eleições de julho de 2009, o eleitorado reagiu, dando ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) triunfo que o recolocou na condição de principal força política mexicana, quadro ratificado nas recentes eleições de 4 de julho. O PRI, portanto, apresenta-se, desde já, como favorito às eleições presidenciais de 2012, e detém a maior bancada na Câmara dos Deputados (237 assentos, contra 143 do PAN e 71 do Partido Revolucionário Democrático - PRD).

Diante da possibilidade de reconquista da Presidência por parte do PRI, forças de direita e de esquerda, representadas pelo PAN e pelo PRD, constituíram aliança tática para a disputa das eleições de 4 de julho. Apesar da vitória priista em 9 das 12 disputas estaduais, as vitórias da aliança PAN-PRD em Oaxaca, Puebla e Sinaloa sinalizaram ser possível articular plataforma comum para futuras disputas.

O PAN vive o desgaste de quase quatro anos no poder, marcados pela crise econômica e pelo aumento na violência no país. O partido vê, na aliança com o PRD, perspectivas mais favoráveis no cenário eleitoral de 2012 e a possibilidade de viabilizar propostas do Presidente Calderón, como a diversificação comercial.

Para as forças de esquerda, o desafio é a reconstrução da unidade, com vistas ao pleito de 2012. Derrotado, em 2006, com André Manuel Lopez Obrador, o PRD saiu enfraquecido das eleições de 2009, precisamente por não ter sido capaz de montar palanque com os outros dois partidos de esquerda com representação parlamentar, o Partido do Trabalho (PT) e a Convergência. No mês de julho, os três principais partidos de esquerda anunciaram acordo para disputar as eleições estaduais de 2011 e postular candidatura única para 2012. Nesse contexto, a posição de López Obrador - crítico da aliança com o PAN e confiante em sua capacidade de mobilização popular, como em 2006 - representa importante variável. Ainda no campo da esquerda, aparece o nome do governador do Distrito Federal, Marcelo Ebrard (PRD), visto como administrador competente, confiável e conciliador, sendo capaz de manter diálogo construtivo com o PAN e o Presidente Calderón.

Com a recente retomada de sua força eleitoral, o PRI, tradicionalmente detentor de poder nas esferas estadual e municipal, procura desde já mobilizar sua estrutura com vistas a 2012, e subir o tom contra o Presidente Calderón em temas como a segurança pública e a economia. Segundo pesquisas de opinião, o PRI conta com três nomes que se destacam no cenário para 2012: o Governador do Estado México, Enrique Peña Nieto, a presidente do Partido, Beatriz Paredes, e o Presidente do Senado, Manlio Fabio Beltrones. Atualmente, esses nomes apresentam perspectivas eleitorais mais favoráveis do que seus homólogos do PAN ou do PRD.

O Presidente Calderón, por sua vez, parece buscar papel mais ativo na articulação política rumo a 2012, por meio de ajustes em sua equipe de trabalho. Durante o mês de julho, foram substituídos o Secretário de Governo (Ministro do Interior) e o Chefe do Escritório da Presidência (Secretaria-Geral da Presidência).

Em meio aos desafios da economia e da violência, o México comemorou, em 15 de setembro, o bicentenário de sua independência e o centenário da Revolução Mexicana. O Governo procurou fazer das comemorações uma oportunidade de conciliação nacional, mas enfrentou forte oposição de grupos insatisfeitos com as políticas do Presidente Calderón, sobretudo quanto ao alto custo das festividades (aproximadamente US\$ 50 milhões), visto que o país ainda recupera-se dos efeitos da crise econômica mundial.

Segurança Pública

O Presidente Calderón, ao tomar posse, elegeu o tema da segurança pública como prioridade junto à população. No entanto, passados quase quatro anos e aproximadamente 28 mil mortos, o problema segue ganhando intensidade e complexidade, com inevitável desgaste para o Governo. As atividades criminosas tornaram-se mais intrincadas e abrangentes, misturando-se a outro problema crônico que aflige o México: as migrações. O recente massacre de Tamaulipas demonstrou claramente esse panorama.

O combate à criminalidade no México possui hoje três grandes desafios. Na fronteira sul, trata-se de tentar diminuir a permeabilidade, que permite a passagem de drogas rumo aos mercados interno e, principalmente, norte-americano, além de configurar rota obrigatória para os migrantes, sobretudo os centro-americanos. Na fronteira norte, a polícia mexicana, em conjunto com as Forças Armadas, trabalha para combater os narcotraficantes que exportam drogas aos Estados Unidos, importam armamentos e, mais recentemente, exploram imigrantes que atravessam a região rumo ao território estadunidense. No restante do

país, o esforço concentra-se em combater o crescimento dos cartéis, que cada vez mais se imiscuem na sociedade, e mesmo no funcionalismo público.

Segue grande a desconfiança com relação à eficácia do Governo contra o crime organizado e o narcotráfico, mesmo com o emprego das Forças Armadas. Dados recentes indicam que 95% das mortes ligadas ao narcotráfico permanecem sem solução. Têm sido freqüentes os seqüestros e assassinatos de políticos e jornalistas, sobretudo nas áreas de atuação mais intensa dos cartéis.

As dificuldades encontradas pelo Governo mexicano para combater as ações criminosas têm gerado intenso debate, sobretudo quando surge a comparação entre México e Colômbia. A situação também tem causado constrangimento nas relações bilaterais com os Estados Unidos: recente pronunciamento da Secretária de Estado Hillary Clinton comparando a situação atual do México com a Colômbia dos anos 1980 causou desconforto no país, fazendo-se necessária a intervenção do próprio Presidente Obama, que foi obrigado a divergir publicamente da Secretária de Estado.

Para alguns críticos mexicanos, a comparação feita por Hillary Clinton demonstrou que alguns setores do Governo norte-americano ainda trabalham com o conceito do “Estado em colapso” – concepção veementemente rechaçada pelo Governo mexicano -, ao analisar a situação do país. A Secretária de Relações Exteriores do México, Patricia Espinosa, veio a público dizer que é preciso ser cuidadoso ao comparar a situação do México com a da Colômbia ao avaliar o narcotráfico, e lembrou que as FARC surgiram com agenda política, ao passo que, no caso mexicano, só se pode falar em delinquência organizada.

Há, no México, temor que a comparação com a Colômbia sirva para legitimar escalada ainda maior da violência como única forma de combate ao tráfico. Para a opinião pública mexicana, vai crescendo a consciência de que colocar mais tropas nas ruas não é suficiente para conter a onda de violência e, menos ainda, para criar as condições sociais adequadas para o desenvolvimento da sociedade mexicana. Esse argumento é defendido pelo Presidente Calderón, que aponta que, além das ações repressivas, é necessário dar maior ênfase a políticas sociais, para reduzir a desigualdade e a exclusão.

O México tem insistido publicamente no argumento de que importante parcela da responsabilidade pela escalada de violência relacionada ao narcotráfico e ao crime organizado cabe aos EUA, tendo em vista ser o vizinho do norte o maior mercado mundial de drogas e origem do tráfico ilícito de armas (estima-se que haja 15 milhões de armas ilegais no México). EUA e México mantêm cooperação bilateral em matéria de combate à delinquência organizada, sob o programa chamado “Iniciativa Mérida”, que prevê o treinamento de policiais mexicanos e o fornecimento de equipamentos, com orçamento inicial de US\$ 400 milhões. Apesar dessa cooperação, não interessa ao México a presença militar norte-americana no país, a exemplo do que ocorre na Colômbia.

O Brasil está atento às possibilidades de cooperar com o México em matéria de segurança pública. Em recente visita ao México, o Secretário Executivo do Pronasci, Ronaldo Teixeira, apresentou o programa durante a 1ª Conferência Mundial da Juventude, realizada na cidade de León, e em palestra no Instituto de Investigações Sociais da Universidade Autônoma do México (UNAM). Entrevistou-se, igualmente, com o Subsecretário de Prevenção e Participação Cidadã da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Monte Alejandro Rubido García, a quem ofereceu cooperação do Brasil para a solução de alguns dos graves problemas de segurança pública existentes no México. No atual contexto, a proposta poderia

contribuir para aproximar Brasil e México, compartilhando experiências em tema estratégico e prioritário do ponto de vista dos dois Governos.

O massacre de Tamaulipas

No último dia 24 de agosto, em um rancho no estado de Tamaulipas, norte do país, foram encontrados os corpos de 72 imigrantes de diferentes nacionalidades, possivelmente assassinados pelo grupo criminoso "Los Zetas". Os corpos foram encontrados pela Marinha mexicana graças à denúncia de um imigrante equatoriano que sobreviveu ao massacre. O crime causou consternação interna e constrangimento externo, pois, entre os mortos, estavam imigrantes salvadorenhos, equatorianos, hondurenhos, guatemaltecos e brasileiros.

O México enfrenta o grande desafio de ser, ao mesmo tempo, país de origem, trânsito e destino de migrantes. Aponta-se, com frequência, a incongruência entre os veementes pleitos mexicanos em favor dos direitos de seus nacionais nos EUA e o quadro de omissão com respeito aos migrantes do sul em seu próprio território. Diante do massacre de Tamaulipas e das críticas domésticas e internacionais, o Governo mexicano foi obrigado a reagir de imediato e a manifestar a intenção de corrigir esse desequilíbrio.

De fato, a fronteira sul do México é extremamente porosa, permitindo a entrada, no território mexicano, de migrantes procedentes, sobretudo, da América Central, para atravessar todo o território mexicano e, finalmente, chegar aos EUA. Esses migrantes vivem situação extremamente precária, submetendo-se ao arbítrio e à perseguição tanto por parte de autoridades locais como do crime organizado, como foi o caso em Tamaulipas.

Nos dias que se seguiram ao massacre, o Governo mexicano anunciou convênio interinstitucional para a proteção aos migrantes em seu território, como forma de contra-arrestar os efeitos negativos do ocorrido, e prevenir futuras tragédias. O convênio prevê atuação conjunta da Secretaria de Governo, da Secretaria de Segurança Pública, da Procuradoria-Geral da República e da Comissão Nacional de Direitos Humanos.

O episódio também ensejou a intensificação do combate aos cartéis em diferentes partes do país. Foram anunciadas, com grande repercussão na mídia local, as prisões de dois grandes chefes do narcotráfico mexicano: Edgar Valdez Villareal, conhecido como "La Barbie", e Sergio Villarreal Barragán, conhecido como "El Grande".

POLÍTICA EXTERNA

Os principais desafios da política externa mexicana, para os próximos anos, seguem três linhas. A primeira diz respeito à diversificação das opções diplomáticas e comerciais, com o estabelecimento de acordos para contrabalançar a dependência econômico-comercial em relação aos Estados Unidos e fortalecer o papel mexicano nos organismos multilaterais e regionais. A segunda envolve a tentativa de corrigir assimetrias no interior do NAFTA. Por fim, as questões migratórias com os Estados Unidos, juntamente com as atividades criminosas transfronteiriças, demandam significativos esforços por parte das autoridades mexicanas.

Conforme explicitado no Plano Nacional de Desenvolvimento 2007-2012 (PND), do governo Calderón, o México deve “diversificar, ampliar e fortalecer as relações diplomáticas, comerciais e econômicas com todos os países e regiões”. Nesse contexto, o México firmou acordo de livre comércio com a União Européia. Com a República Popular da China, o México possui relacionamento bilateral estruturado, no plano comercial e de cooperação, e o país asiático recentemente manifestou interesse na assinatura de TLC. Com a Índia, busca-se fortalecer a Associação Privilegiada entre os dois países, assinada em 2007.

Juntamente com países de seu entorno, o México participa do Projeto Mesoamérica, nova denominação recebida, em 2008, pelo Plano Puebla Panamá (PPP), concebido para promover a integração regional e que, em oito anos, obteve apenas resultados discretos. Sob a nova concepção, o Projeto Mesoamérica apresenta-se como mecanismo de diálogo e coordenação, que articula esforços de cooperação, desenvolvimento e integração entre os nove países envolvidos. A ênfase atual se dá em três dimensões: infra-estrutura, energia e comércio. Há interesse em articular, futuramente, os esforços dessa iniciativa aos da IIRSA

No contexto da diversificação de suas parcerias estratégicas, o México tem feito esforços para aprofundar relações com os países da Comunidade Andina e do MERCOSUL, em especial o Brasil.

Nesse esforço de diversificação, o México tem evitado embates ideológicos com países como Cuba, Bolívia e Venezuela. Esse cuidado refletiu-se na forma da manifestação de satisfação com o anúncio da libertação de presos políticos em Cuba, e do fim da greve de fome de Guillermo Fariñas.

Com respeito ao tema de Honduras, o México, embora reconheça as ações de 28 de junho de 2009 como golpe de Estado, reconheceu a validade das eleições de novembro como elemento de retorno de Honduras à normalidade democrática e, mais recentemente, normalizou suas relações diplomáticas com o país centro-americano. O México coincide com o Brasil quanto à necessidade do regresso de Manuel Zelaya a Honduras, em contexto de pleno respeito a todos os seus direitos civis e políticos. Compartilha, igualmente, a preocupação brasileira quanto aos indicadores pouco favoráveis publicados, no Relatório da Comissão de Alto Nível da OEA, sobre a situação de graves violações aos direitos humanos, e sobre a presença de participantes do golpe contra Zelaya no atual Governo hondurenho. O Governo mexicano, entretanto, tem procurado valorizar a disposição de Porfirio Lobo em prol da normalização do país.

O México sediou a Cúpula da Unidade América - Latina e Caribe, em fevereiro de 2010, realizada em Cancun – iniciativa de seguimento da CALC. Em paralelo ao evento, foi organizada a Cúpula México-Caricom, com vistas a fortalecer os vínculos e a integração do país com a região caribenha.

No plano multilateral, o México é membro do “Uniting for Consensus” e se opõe ao projeto de resolução do G-4 para a reforma do Conselho de Segurança. O país propôs, na 59ª AGNU, projeto de resolução que criaria apenas novos assentos não-permanentes reelegíveis. O país tem postura ativa na obstrução da reforma do CSNU. Como ambos os países ocupam atualmente cadeiras de membros não-permanentes do Conselho, Brasil e México têm procurado estabelecer canais de diálogo e coordenação em temas afetos ao Conselho. O México presidiu o CSNU durante parte do ano de 2009 e, mais recentemente, no último mês de junho. Nesse período, temas críticos foram discutidos, como a imposição de novas sanções ao Irã – o México votou a favor – e o ataque israelense à flotilha humanitária que se dirigia a Gaza – que o Tlatelolco energicamente condenou.

Há poucos meses, a Chanceler Patricia Espinosa assumiu a coordenação dos trabalhos preparativos da preparação da Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima das Nações Unidas (COP-16), que ocorrerá em Cancún, entre 29 de novembro e 10 de dezembro de 2010. A Chanceler mexicana tem atuado ativamente no sentido de maximizar as chances de êxito da Conferência. Este foi seu principal interesse durante a visita de trabalho ao Brasil no último dia 4 de agosto.

A questão do NAFTA constitui desafio fundamental para o México. Desde sua entrada em vigor, em 1992, as vendas norte-americanas ao México triplicaram, ao passo que os produtos mexicanos ganharam espaço de somente 3% no mercado estadunidense. O ingresso da China na OMC, ocorrido nesse ínterim, explica parcialmente esse quadro, pois muitas empresas norte-americanas passaram a buscar fornecedores no país asiático, em detrimento do espaço originalmente destinado ao México dentro do NAFTA. O quadro da qualidade e da quantidade de empregos no país sofreu gradual processo de deterioração, acelerado em virtude da crise econômica de 2008, o que gera profundo sentimento de frustração com os resultados da associação para o México. O país tenta, até agora sem êxito, a revisão do Tratado.

O principal relacionamento bilateral mexicano continua a ser com os Estados Unidos, país com o qual compartilha fronteira de mais de 3.000 km e para o qual destina 85% de suas exportações. Nesse contexto, o tema das migrações aparece como o mais crítico. O Presidente Calderón visitou os Estados Unidos, no mês de maio, ocasião em que rejeitou publicamente a aprovação da Lei SB 1070, do Estado do Arizona, que criminaliza a imigração ilegal. Teme-se que esse tipo de legislação, em estudo por outros estados norte-americanos, acarrete violações dos direitos humanos, aumento na discriminação contra a população de origem mexicana e exposição negativa da imagem do México. Desde a aprovação da Lei SB 1070, são cada vez mais freqüentes os episódios de fronteira envolvendo imigrantes mexicanos.

Em diferentes ocasiões, o Presidente Obama já se manifestou sobre o tema da legislação norte-americana em matéria de imigração, considerando-o fundamentalmente falho, e defende reforma ampla que beneficie os 11 milhões de imigrantes ilegais atualmente no país. Devido à polarização gerada pelo tema, em cenário pré-eleitoral, e ao enfraquecimento político vivido pelo presidente norte-americano, a aprovação dessa reforma não parece provável, dada a posição republicana de que, antes de discutir qualquer reforma, faz-se necessário inibir os fluxos migratórios na fronteira.

Quanto ao tema do comércio de armas, sobretudo na região da fronteira, os Estados Unidos já indicaram que não têm a intenção de modificar sua legislação nessa matéria, objeto de grupos de interesse ligados à fabricação, comercialização e porte de armas no país.

ECONOMIA

Após a fase mais aguda da crise econômica, em 2009 (retração de 7% do PIB, a maior verificada na América Latina no ano passado), a economia mexicana apresentou, no primeiro semestre de 2010, discretos sinais de recuperação. O PIB cresceu 4,3% e a estimativa para o ano é de 4,1%. As exportações cresceram 38%, e as importações, 34,5%. Apesar desses sinais positivos, cabe lembrar que esses números têm como ponto de partida o debilitado quadro de 2009. Ademais, parcela significativa dessas estatísticas diz respeito a

fatores externos – sobretudo o aumento das importações norte-americanas –, e não a crescimento consistente do mercado interno. Segundo analistas, a sustentabilidade futura do mercado interno mexicano dependerá da realização de reformas estruturais, como a fiscal, a energética e a trabalhista.

A crise financeira reacendeu no México o debate a respeito da opção adotada pelo país na década de 1990, no sentido de abrir amplamente sua economia, com forte ênfase no NAFTA. A abertura econômica e a integração ao mercado norte-americano geraram forte dependência externa e, no plano interno, distribuição assimétrica dos avanços regionais e setoriais obtidos com a abertura: no setor agropecuário, por exemplo, contrastam o norte, com propriedades que utilizam técnicas avançadas de produção, e o sul, com áreas pobres e de baixa produtividade. Já a dependência externa da indústria automotiva é emblemática: no processo de recuperação econômica ocorrido no primeiro semestre de 2010, a produção de veículos cresceu 79% com respeito a 2009, resultando em incremento de 86% nas exportações (mais de 80% das quais no âmbito do NAFTA), que contrasta com retração de 3,3% no mercado interno.

Na visão do Presidente Calderón, é necessário adotar estratégia comercial que vá além da simples assinatura de acordos de liberalização comercial que, em grande medida, colocaram muitas empresas mexicanas em situação de vulnerabilidade. Sob sua ótica, a qualidade da parceria deverá prevalecer sobre a mecânica típica das operações no âmbito de um tratado de livre comércio. No caso do Brasil, o cálculo mexicano diz respeito às perspectivas brasileiras, prognosticadas como muito superiores às das economias desenvolvidas, em 2010 e 2011, ademais do reconhecimento do caráter fortemente complementar das duas economias.

ENERGIA

A economia mexicana é fortemente dependente do setor de petróleo. Sétimo maior produtor mundial e terceiro nas Américas, o México tem no setor 15% de suas exportações e 40% do total da receita do Estado.

A matriz energética mexicana segue amplamente baseada nos combustíveis não-renováveis, sendo o petróleo responsável por 55% do consumo energético e o gás natural, por 33%. Nota-se, entretanto, crescente interesse do Governo em estimular a substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia, como os biocombustíveis. Nesse contexto, a área de bioenergia pode constituir importante vertente de cooperação bilateral com o Brasil, dada a experiência brasileira no setor e a necessidade mexicana em diversificar sua matriz energética.

Petróleo e Gás Natural

De acordo com o *Oil and Gas Journal* (OGJ), o México tem 10,4 bilhões de barris de petróleo de reservas comprovadas, sobretudo sob a forma de variedades de óleo pesado. A maior concentração de reservas está localizada na área *offshore* ao sul do país, especialmente no Golfo de Campeche. Na região norte, estão localizadas importantes reservas em terra.

Em média, o México produziu 3,0 milhões de barris diários de petróleo em 2009 (87% dos quais sob a forma de óleos crus e condensados), em comparação com os 3,18 milhões de barris diários produzidos no ano anterior. Caso se mantenha a tendência de queda da produção, o México deixará de ser, no médio prazo, país exportador. O país exportou 1,23 milhão de barris diários de óleo cru em 2009, em comparação com 1,4 milhão em 2008. A maior parte das exportações segue para os Estados Unidos. Com relação ao gás natural, em janeiro de 2010, o México tinha 13,2 trilhões de pés cúbicos (TPC) de reservas comprovadas.

A empresa Petróleos Mexicanos (PEMEX), criada em 1938 com a nacionalização do setor, tem amplo monopólio, incluindo extração, refino, distribuição e revenda de gasolina. A empresa possui quatro subsidiárias nas áreas de exploração e produção, gás e petroquímica básica, petroquímica e refino. A PEMEX é responsável por 40% das receitas do Estado, o que torna a questão do declínio da produção mexicana um risco para o equilíbrio fiscal do governo mexicano. A empresa possui, igualmente, o monopólio de exploração e produção de gás natural no país.

No setor de *downstream*, o México possui seis refinarias, todas operadas pela PEMEX, com capacidade de refino de 1,54 milhões de barris diários. A maior instalação é a de Salina Cruz, com capacidade de refino de 334 mil barris diários. Há planos para a construção de pelo menos mais uma refinaria, com vistas a reduzir a importação de produtos refinados.

Repercussão do Acidente da BP no Golfo do México

O Governo mexicano realiza, no momento, esforço para a exploração de petróleo em águas ultra-profundas. No início de julho, chegou ao México, proveniente da Coreia do Sul, a plataforma *Petrorig 3*, a primeira a ser utilizada pelo país para esse tipo de perfuração. A plataforma tem capacidade para perfurar lâminas d'água de 2.100 metros de profundidade.

O esforço inicia-se, contudo, em meio ao acidente com a plataforma *Deep Water Horizon*, da British Petroleum (BP), em águas norte-americanas do Golfo do México. Nesse contexto, começaram a surgir, no país, críticas à segurança na exploração em águas profundas. A área de Exploração e Produção da PEMEX, no entanto, informou que o acidente da BP não deverá atrasar os planos de exploração da companhia. Consultores na área de energia acreditam que o México apresenta atraso superior a dez anos na exploração de jazidas em águas profundas, que permitiria mitigar os riscos de queda em sua produção global. Contudo, o México tem seu próprio precedente negativo, sob a forma do acidente na plataforma *Ixtoc-1*, em 1979.

Biocombustíveis

A produção local de etanol à base de milho – principalmente para exportação para os EUA – encontra-se em seus estágios iniciais, em fazendas localizadas no norte do país, mas sofre pesada oposição de movimentos sociais, que temem o aumento dos preços da *commodity*. Ademais, a produção de etanol a partir do milho tem-se mostrado viável apenas se auxiliada por expressivos subsídios governamentais, fato tanto mais grave em um país onde o milho é a base da dieta local.

Da mesma forma, há diversas dificuldades para a produção local de etanol a partir da cana-de-açúcar, entre elas a falta de conhecimentos técnicos e a grande atomização da estrutura fundiária local. A produção nacional de açúcar é deficitária, estando concentrada em um grande número de engenhos de pequenas dimensões e de baixo nível tecnológico. Não obstante, o Governo mexicano lançou, em 2009, iniciativa que pretende estimular a produção interna do combustível: a PEMEX lançou licitação para adquirir 176 milhões de litros de etanol durante o ano de 2010, que serão utilizados em programas-piloto, nas regiões metropolitanas do Distrito Federal, Guadalajara e Monterrey, misturados à gasolina em proporção entre 7 e 8%.

ANEXO I PERFIS ECONÔMICO-COMERCIAIS DO MÉXICO

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS MÉXICO

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Estados Unidos Mexicanos
Superfície	1.964.375 Km ²
Localização	Sul da América do Norte
Capital	Cidade do México
Principais cidades	Cidade do México, Guadalajara, Monterrey
Idioma oficial	Espanhol
PIB a preços correntes (2010 - estimativa EIU)	US\$ 1.000 bilhões
PIB "per capita" (2010)	US\$ 8.889
Moeda	Peso mexicano

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report September 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	106,2	107,4	108,7	110,0	111,2
Densidade demográfica (hab/Km ²)	54,1	54,7	55,3	56,0	56,6
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	952,5	1.025,6	1.089,9	874,9	1.000,0
Crescimento real do PIB (%)	4,9	3,3	1,5	-6,6	4,6
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	4,1	3,8	6,5	3,6	4,4
Reservas Internacionais (US\$ bilhões)	76,3	87,2	95,3	99,9	116,2
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	167,9	162,5	192,8	204,0	204,5
Câmbio (Ps / US\$)	10,88	10,87	13,54	13,06	12,67

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report September 2010.

(1) Estimativa EIU

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	-10.074	-17.260	-4.678
Exportações	271.875	291.343	229.707
Importações	281.949	308.603	234.385
B. Serviços (líquido)	-6.455	-6.755	-7.789
Receita	17.609	18.480	15.423
Despesa	24.064	25.235	23.212
C. Renda (líquido)	-18.221	-17.250	-14.289
Receita	7.876	7.315	4.922
Despesa	26.097	24.565	19.211
D. Transferências unilaterais (líquido)	26.400	25.447	21.504
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-8.350	-15.618	-5.252
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	19.906	24.308	18.626
Investimentos diretos (líquido)	19.272	21.795	3.820
Portfólio (líquido)	13.529	4.841	15.253
Outros	-12.896	-2.328	-547
H. Erros e Omissões	-1.305	-758	-7.584
I. Saldo (E+F+G+H)	10.250	7.732	5.690

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, International Financial Statistics, September 2010.

(1) Última posição disponível em 09/09/2010.

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾	2010 ⁽²⁾⁽³⁾
Exportações (fob)	214.233	249.925	271.875	291.343	229.783	63.887
Importações (cif)	244.001	281.664	310.144	339.464	257.823	64.673
Balança comercial	-29.768	-31.739	-38.269	-48.121	-28.040	-786
Intercâmbio comercial	458.234	531.589	582.019	630.807	487.606	128.560

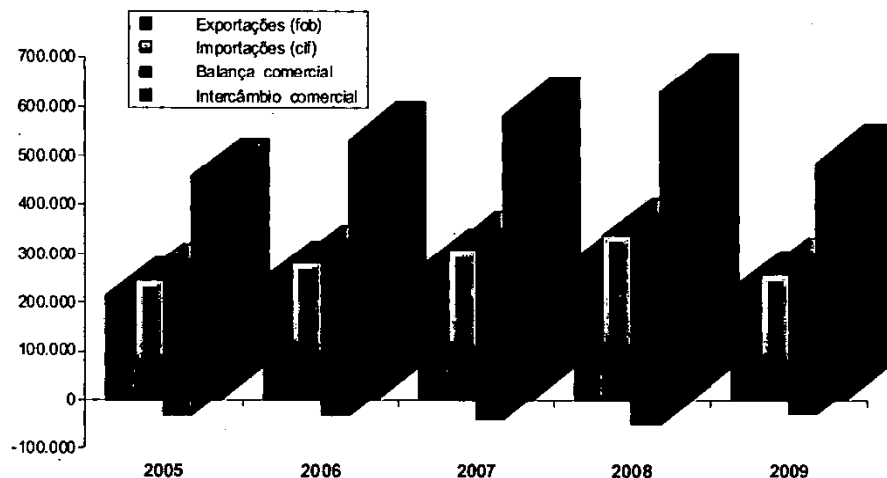
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2010.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferenças metodológicas de coleta.

(2) Última posição disponível em 09/09/2010.

**COMÉRCIO EXTERIOR DO MÉXICO
2005 - 2009**

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2010.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2007	% no total	2008	% no total	2009⁽¹⁾	% no total	2010⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
EXPORTAÇÕES								
Estados Unidos	223.133	82,1%	233.523	80,2%	185.181	80,6%	48.369	75,7%
Canadá	6.491	2,4%	7.102	2,4%	8.244	3,6%	4.824	7,6%
Alemanha	4.104	1,5%	5.008	1,7%	3.210	1,4%	917	1,4%
Espanha	3.690	1,4%	4.233	1,5%	2.508	1,1%	669	1,0%
Brasil	2.010	0,7%	3.387	1,2%	2.438	1,1%	805	1,3%
Colômbia	2.943	1,1%	3.032	1,0%	2.491	1,1%	557	0,9%
Países Baixos	1.905	0,7%	2.488	0,9%	1.695	0,7%	461	0,7%
Venezuela	2.333	0,9%	2.310	0,8%	1.418	0,6%	328	0,5%
Japão	1.913	0,7%	2.046	0,7%	1.601	0,7%	691	1,1%
China	1.895	0,7%	2.045	0,7%	2.208	1,0%	1.106	1,7%
Reino Unido	1.563	0,6%	1.749	0,6%	1.243	0,5%	289	0,5%
SUBTOTAL	251.979	92,7%	266.904	91,6%	212.237	92,4%	59.017	92,4%
DEMAIS PAÍSES	19.896	7,3%	24.439	8,4%	17.546	7,6%	4.870	7,6%
TOTAL GERAL	271.875	100,0%	291.343	100,0%	229.783	100,0%	63.887	100,0%
IMPORTAÇÕES								
Estados Unidos	153.420	49,5%	166.468	49,0%	123.677	48,0%	40.907	63,3%
China	32.718	10,5%	38.159	11,2%	35.782	13,9%	3.710	5,7%
Japão	17.977	5,8%	17.911	5,3%	12.537	4,9%	2.150	3,3%
República da Coreia	13.924	4,5%	14.903	4,4%	12.055	4,7%	2.746	4,2%
Alemanha	11.757	3,8%	13.866	4,1%	10.700	4,2%	2.465	3,8%
Canadá	8.753	2,8%	10.387	3,1%	8.034	3,1%	1.315	2,0%
Malásia	5.248	1,7%	5.125	1,5%	4.439	1,7%	1.011	1,6%
Brasil	6.133	2,0%	5.701	1,7%	3.845	1,5%	777	1,2%
Itália	6.097	2,0%	5.741	1,7%	3.461	1,3%	706	1,1%
Espanha	4.214	1,4%	4.461	1,3%	3.304	1,3%	839	1,3%
SUBTOTAL	260.240	83,9%	282.723	83,3%	217.834	84,5%	56.626	87,6%
DEMAIS PAÍSES	49.904	16,1%	56.741	16,7%	39.989	15,5%	8.047	12,4%
TOTAL GERAL	310.144	100,0%	339.464	100,0%	257.823	100,0%	64.673	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPROIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da FMI, Direction of Trade Statistics, September 2010.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Última posição disponível em 09/09/2010.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 0 9	% no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões - fob)		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60.615	26,4%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	33.842	14,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	30.474	13,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	29.334	12,8%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	8.625	3,8%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	6.135	2,7%
Plásticos e suas obras	4.676	2,0%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	4.142	1,8%
Produtos hortícolas, raízes, tubérculos, comestíveis	3.761	1,6%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	3.198	1,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2.488	1,1%
Subtotal	187.290	81,6%
Demais Produtos	42.347	18,4%
Total Geral	229.637	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões - cif)		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	54.746	23,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	37.102	15,8%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	18.491	7,9%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	15.761	6,7%
Plásticos e suas obras	12.735	5,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	8.551	3,6%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	5.282	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	5.185	2,2%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	3.993	1,7%
Produtos farmacêuticos	3.878	1,7%
Borracha e suas obras	3.119	1,3%
Cereais	3.029	1,3%
Alumínio e suas obras	2.901	1,2%
Carnes e miudezas comestíveis	2.718	1,2%
Produtos diversos das indústrias químicas	2.697	1,2%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	2.611	1,1%
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento	2.270	1,0%
Subtotal	185.069	79,0%
Demais Produtos	49.316	21,0%
Total Geral	234.385	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Tredemap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO⁽¹⁾	2005	2006	2007	2008	2009
<small>(US\$ mil - fob)</small>					
Exportações (fob)	4.073.738	4.456.202	4.260.441	4.281.325	2.675.888
Variação em relação ao ano anterior	2,9%	9,4%	-4,4%	0,5%	-37,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o NAFTA	14,1%	14,1%	13,3%	12,7%	13,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	3,4%	3,2%	2,7%	2,2%	1,7%
Importações (fob)	843.568	1.310.320	1.979.284	3.125.389	2.783.547
Variação em relação ao ano anterior	19,9%	55,3%	51,1%	57,9%	-10,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras do NAFTA	5,7%	7,6%	8,8%	9,7%	11,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,1%	1,4%	1,6%	1,8%	2,2%
Intercâmbio comercial	4.917.306	5.768.522	6.239.725	7.406.714	5.459.435
Variação em relação ao ano anterior	5,5%	17,3%	8,2%	18,7%	-26,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com o NAFTA	11,3%	11,8%	11,4%	11,2%	12,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	2,6%	2,5%	2,2%	2,0%	1,9%
Balança comercial	3.230.170	3.147.882	2.281.157	1.155.936	-107.659

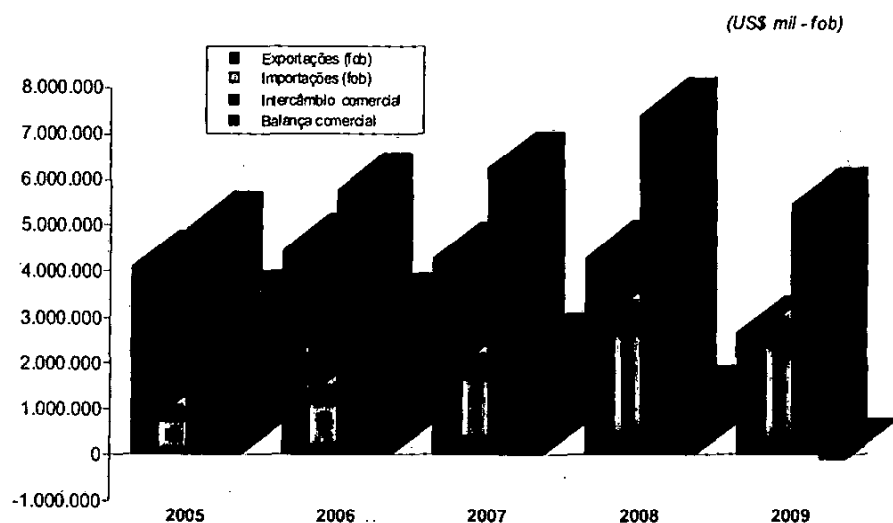
Elaborado pelo MRE/DPD/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL / MÉXICO	2009	2010
<small>(US\$ mil, fob)</small>	<small>(jan-jul)</small>	<small>(jan-jul)</small>
Exportações	1.414.342	2.050.736
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-41,6%	45,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o NAFTA	13,0%	14,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,7%	1,9%
Importações	1.457.422	2.069.679
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-13,4%	42,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras do NAFTA	10,5%	11,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	2,2%	2,1%
Intercâmbio Comercial	2.871.764	4.120.415
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-30,0%	43,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com o NAFTA	11,6%	12,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,9%	2,0%
Saldo Comercial	-43.080	-18.943

Elaborado pelo MRE/DPD/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-MÉXICO
2005 - 2009**



Elaborado pelo MRE/DPD/CIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO		2007	%	2008	%	2009	%
(US\$ mil - fob)		no total		no total		no total	
EXPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos e principais produtos)							
Veículos automotores, tratores, ciclos	1.597.005	37,5%	1.359.579	31,8%	701.651	26,2%	
Automotores com motor a explosão, cilindrada até 1500 cm3	807.862	19,0%	624.084	14,6%	358.833	13,4%	
Outros veículos automotores com motor a explosão, carga <= 5T	205.976	4,8%	151.360	3,5%	98.450	3,7%	
Automotores com motor a explosão, cilindrada até 1000 cm3	65.858	1,5%	42.584	1,0%	75.797	2,8%	
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automotores	100.296	2,4%	122.642	2,9%	75.149	2,8%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	739.234	17,4%	835.937	19,5%	486.217	18,2%	
Motocompressor hermetico, capacidade <4700 frigorif/hora	57.215	1,3%	71.451	1,7%	64.102	2,4%	
Outros motores diesel/semidiesel, para veículos automotores	62.898	1,5%	86.241	2,0%	54.771	2,0%	
Outras máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	3.881	0,1%	6.856	0,2%	27.554	1,0%	
Outros virabrequins	0	0,0%	0	0,0%	20.328	0,8%	
Blocos de cilindros e cabeçotes para motores diesel/semidiesel	12.982	0,3%	17.938	0,4%	12.811	0,5%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	172.834	4,1%	199.205	4,7%	189.417	7,1%	
Terminais portáteis de telefonia celular	21.310	0,5%	48.977	1,1%	69.142	2,6%	
Partes de outros motores/geradores/grupos eletrôg.	9.908	0,2%	21.695	0,5%	41.462	1,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	369.716	8,7%	400.159	9,3%	131.703	4,9%	
Outros produtos semimanufaturados de ferro/aço, C<0,25%	122.840	2,9%	185.289	4,3%	76.958	2,9%	
Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aço	26.368	0,6%	18.764	0,4%	11.044	0,4%	
Ferro fundido bruto não ligado, peso <=0,5% de fósforo	40.697	1,0%	72.044	1,7%	6.310	0,2%	
Ferroníobio	27.975	0,7%	34.155	0,8%	5.900	0,2%	
Borracha e suas obras	191.838	4,5%	201.953	4,7%	128.954	4,8%	
Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	105.855	2,5%	111.379	2,6%	67.056	2,5%	
Pneus novos para automóveis de passageiros	46.121	1,1%	35.995	0,8%	28.782	1,1%	
Produtos farmacêuticos	90.328	2,1%	94.289	2,2%	86.465	3,2%	
Produtos químicos orgânicos	113.650	2,7%	124.174	2,9%	58.747	2,2%	
Plásticos e suas obras	50.851	1,2%	39.530	0,9%	50.889	1,9%	
Pele, exceto a peleiteira, e couros	37.853	0,9%	47.129	1,1%	34.693	1,3%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	42.455	1,0%	40.374	0,9%	34.557	1,3%	
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	19.721	0,5%	13.835	0,3%	30.206	1,1%	
Subtotal	3.426.385	80,4%	3.356.164	78,4%	1.933.499	72,3%	
Demais Produtos	835.056	19,6%	925.161	21,6%	742.389	27,7%	
TOTAL GERAL	4.260.441	100,0%	4.281.325	100,0%	2.675.888	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO		2007	%	2008	%	2009	%
(US\$ mil - fob)		no total		no total		no total	
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)							
Veículos automotores, tratores, ciclos	599.865	30,3%	1.115.179	35,7%	1.039.705	37,4%	
Automotores com motor explosão, cilindrada até 1500 cm3	517.298	26,1%	820.189	26,2%	805.578	28,9%	
Automotores com motor explosão, cilindrada >3000cm3, até 6 passageiros	5.891	0,3%	158.318	5,1%	104.862	3,8%	
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automotores	27.497	1,4%	34.740	1,1%	27.018	1,0%	
Outros veículos automotores, com motor diesel para carga <=5T	24.756	1,3%	32.192	1,0%	21.292	0,8%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	328.283	16,6%	567.555	18,2%	425.993	15,3%	
Terminais portáteis de telefonia celular	8.069	0,4%	87.495	2,8%	105.452	3,8%	
Aparelhos transmissores/receptores de sistema troncalizado	0	0,0%	43.069	1,4%	53.792	1,9%	
Circuitos impressos com componentes elétricos	15.869	0,8%	34.576	1,1%	22.780	0,8%	
Outros aparelhos receptores de radiodifusão com aparelhos de som p/ automóveis	19.685	1,0%	27.236	0,9%	20.389	0,7%	
Produtos químicos orgânicos	329.382	16,6%	456.998	14,6%	358.429	12,9%	
Ácido tereftálico e seus sais	263.898	13,3%	373.267	11,9%	318.097	11,4%	
Acetato de vinila	22.730	1,1%	31.893	1,0%	7.200	0,3%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	210.803	10,7%	270.532	8,7%	206.192	7,4%	
Outros motores de explosão, p/veic cap. 87, sup. 1000 cm3	51.478	2,6%	41.285	1,3%	36.011	1,3%	
Refrigeradores combinados com congeladores, porta externa separada	5.317	0,3%	17.080	0,5%	10.216	0,4%	
Plásticos e suas obras	104.680	5,3%	113.286	3,6%	91.011	3,3%	
Tereftalato de polietileno em forma primária	27.327	1,4%	33.126	1,1%	12.522	0,4%	
Copolímeros de acrilonitrila-butadieno-estireno, sem carga	11.386	0,6%	21.705	0,7%	9.486	0,3%	
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	35.844	1,8%	86.952	2,8%	70.427	2,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	21.628	1,1%	17.682	0,6%	63.055	2,3%	
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	49.655	2,5%	72.227	2,3%	61.388	2,2%	
Vidro e suas obras	27.069	1,4%	60.988	2,0%	60.597	2,2%	
Chumbo e suas obras	9.639	0,5%	35.892	1,1%	55.422	2,0%	
Subtotal	1.716.848	86,7%	2.797.291	89,5%	2.432.219	87,4%	
Demais Produtos	262.436	13,3%	328.098	10,5%	351.328	12,6%	
TOTAL GERAL	1.979.284	100,0%	3.125.389	100,0%	2.783.547	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO (US\$ mil - fob)	2009 (jan-jul)	% do total	2010 (jan-jul)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	425.277	30,1%	580.212	28,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	282.491	20,0%	487.085	23,8%
Ferro fundido, ferro e aço	34.679	2,5%	166.919	8,1%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	128.042	9,1%	96.157	4,7%
Borracha e suas obras	74.140	5,2%	85.139	4,2%
Produtos químicos orgânicos	35.863	2,5%	81.576	4,0%
Produtos farmacêuticos	50.691	3,6%	45.616	2,2%
Plásticos e suas obras	36.419	2,6%	32.703	1,6%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	11.240	0,8%	29.021	1,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	20.064	1,4%	27.327	1,3%
Pele, exceto a peleteria, e couros	19.961	1,4%	23.981	1,2%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	22.535	1,6%	23.548	1,1%
Minérios, escórias e cinzas	3.163	0,2%	22.956	1,1%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	19.900	1,4%	20.056	1,0%
Subtotal	1.164.465	82,3%	1.722.296	84,0%
Demais Produtos	249.877	17,7%	328.440	16,0%
TOTAL GERAL	1.414.342	100,0%	2.050.736	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	518.678	35,6%	687.830	33,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	252.987	17,4%	364.164	17,6%
Produtos químicos orgânicos	208.982	14,3%	179.529	8,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	107.589	7,4%	159.304	7,7%
Ferro fundido, ferro e aço	31.758	2,2%	79.883	3,9%
Plásticos e suas obras	46.221	3,2%	67.358	3,3%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	3.389	0,2%	52.096	2,5%
Chumbo e suas obras	22.431	1,5%	50.939	2,5%
Zinco e suas obras	8.352	0,6%	45.780	2,2%
Vidro e suas obras	34.805	2,4%	45.194	2,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	38.136	2,6%	43.628	2,1%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	29.359	2,0%	42.616	2,1%
Subtotal	1.302.687	89,4%	1.818.321	87,9%
Demais Produtos	154.735	10,6%	251.358	12,1%
TOTAL GERAL	1.457.422	100,0%	2.069.679	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jul/2010.

ANEXO II: CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO

1810	Estabelecimento de relações consulares entre o Brasil e o México.
1822-1824	Primeiras conversações sobre o estabelecimento de relações diplomáticas.
1830	Estabelecimento de relações diplomáticas em nível de Encarregados de Negócios.
1831	Celebração do Tratado de Aliança, Paz e Amizade Brasil-México.
1832-1835	Missão de Duarte da Ponte Ribeiro como Encarregado de Negócios no México.
1910	Entrada em vigor da Convenção de Arbitramento.
1914-1917	Período em que a Legação do Brasil representou os interesses dos EUA no México.
1922	As representações diplomáticas dos dois países são elevadas ao nível de Embaixada.
1922	José Vasconcelos chefia Missão Especial ao Centenário da Independência do Brasil.
1930-1938	Missão de Alfonso Reyes como Embaixador no Brasil – expansão das relações culturais.
1938	Entrada em vigor do Tratado de Extradicação.
1960	Declaração Conjunta sobre Matéria Comercial.
1969	Declaração conjunta sobre Relações Econômicas.
1970	Acordo sobre Transportes Aéreos.
1975	Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. Convênio de Cooperação Turística.
1979	Convênio de Amizade e Cooperação.
1979	Acordo Básico de Cooperação Industrial.
1982	Convênio de Cooperação Cultural e Educacional.
1990	Convênio de Cooperação em Matéria de Promoção de Co-Investimentos.
1995	Acordo de Cooperação na Área de Meio Ambiente.
1996	Acordo sobre Serviços Aéreos.
1997	Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e a Farmacodependência.
2000	Vicente Fox visita o Brasil na condição de Presidente Eleito do México. Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns.
2002	Visita oficial do Presidente Vicente Fox ao Brasil.
2003	Visita oficial do Presidente Lula ao México.
2005	Suspensão do Acordo Brasil-México sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns.

- 2006 Visita do Secretário de Relações Exteriores, Luiz Ernesto Derbez, ao Brasil.
- 2006 Felipe Calderón visita o Brasil na condição de Presidente Eleito do México.
- 2007 I Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília.
Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao México.
Visita do Presidente Lula ao México.
- 2008 Participação da Chanceler Patricia Espinosa na Reunião preparatória da CALC e na CALC.
Encontro entre o Presidente Lula e o Presidente Calderón quando da realização da CALC, em Sauípe.
- 2009 II Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília.
- 2010 Encontro de trabalho entre o Presidente Lula e o Presidente Calderón quando da realização da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe, em Cancún (fevereiro).

ANEXO III: CRONOLOGIA HISTÓRICA DO MÉXICO

- 1810 Primeira tentativa de independência por parte do México (16 de setembro).
- 1821 Consolidação da Independência do México.
- 1836 Independência da região hoje conhecida como Texas.
- 1845 Anexação da região do atual Texas pelos EUA, durante a “Guerra do México”.
- 1845 A derrota mexicana na “Guerra do México” resulta na perda de mais territórios para os EUA.
- 1857 Revolução Liberal: Benito Juárez assume o poder.
- 1857-1861 Guerra Civil.
- 1863 Os franceses invadem o México: Maximiliano I é coroado Imperador.
- 1863-1867 Reinado de Maximiliano I.
- 1876 Porfirio Díaz assume o poder e governa como ditador.
- 1876-1910 Período ditatorial, o “Porfiriato”.
- 1910 Início da Revolução Mexicana (20 de novembro).
- 1917 Promulgada a Constituição dos Estados Unidos Mexicanos.
- 1934-1940 Lázaro Cárdenas empreende reformas políticas.
- 1938 Nacionalização do petróleo.
- 1981-1982 Recessão e queda nos preços do petróleo: crise da economia mexicana.
- 1982 Crise de endividamento do México.
- 1988 Carlos Salinas de Gortari é eleito Presidente da República.
- 1990 Início do programa de privatizações da economia mexicana.
- 1992 Primeiros protestos pela reforma agrária em Chiapas.
- 1993 Assinatura do Acordo constitutivo do NAFTA.
- 1994 Entrada em vigor do NAFTA (1º de janeiro).
- 1994 Levante do “Exército Zapatista de Libertação Nacional-EZLN”, em Chiapas.
- 1995 Ernesto Zedillo assume a PR; crise econômica e manifestações do EZNL.
Reformas políticas reduzem a capacidade do PRI para se manter no poder.
- 1998 Criação do Instituto Federal Eleitoral (IFE).
- 2000 Eleição de Vicente Fox (PAN), que põe fim à hegemonia de mais de 70 anos do PRN-PRI.

- 2005 Felipe Calderón é escolhido pelo PAN como candidato à Presidência.
- 2006 Felipe Calderón é eleito Presidente; seu adversário, Andrés Manuel López Obrador, se recusa a aceitar a derrota.
O IFE confirma a eleição de Calderón, que toma posse em 2 de dezembro.
- 2009 México mergulha em profunda crise derivada da recessão mundial, queda dos preços do petróleo e do declínio da produção petrolífera, do aumento da criminalidade e do aparecimento da gripe A/H1N1.

ANEXO IV: ACORDOS EM VIGOR

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação para Prevenir e Combater o Tráfico de Migrantes e de Pessoas, bem como para Atenção e Proteção a Suas Vítimas	23/2/2010	25/3/2010
Programa Executivo de Cooperação Cultural 2007-2010	29/11/2007	29/11/2007
Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética	8/ 6/2007	8/ 6/2007
Acordo o Estabelecimento da Comissão Binacional	28/03/2007	28/03/2007
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda.	25/09/2003	-
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Demonstração e Divulgação do Sistema Eleitoral Brasileiro de Votação e Apuração Eletrônicas na Cidade do México".	13/05/2003	-
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.	24/07/2002	-
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Saúde.	05/02/2001	-
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica em Matéria de Censos e Pesquisas Estatísticas.	27/04/1999	27/04/1999
Ajuste Complementar sobre Cooperação Técnica.	27/04/1999	27/04/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Sanidade Animal.	13/11/1997	13/11/1997
Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência.	18/11/1996	25/11/1996
Acordo sobre Serviços Aéreos.	26/05/1995	18/07/1995
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	8/ 5/1992	9/ 4/1992
Acordo de Cooperação na Área de Meio Ambiente.	10/10/1990	6/ 7/1995
Memorandum de Entendimento para o Aproveitamento das Referências que se Outorgam aos Dois Países em Licitações Públicas Internacionais.	10/10/1990	10/10/1990
Acordo-Quadro de Cooperação Fazendária-Financeira.	10/10/1990	15/ 5/1992

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor
Convênio de Cooperação em Matéria de Promoção de Co-Investimentos.	10/10/1990	10/10/1990
Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica Bilateral.	30/ 3/1984	30/ 3/1984
Protocolo em Matéria de Apoio Financeiro ao Comércio Bilateral.	30/ 3/1984	30/ 3/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Industrial.	30/ 3/1984	30/ 3/1984
Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica e Comercial	29/ 4/1983	29/ 4/1983
Convênio Geral de Cooperação entre a SIDERBRÁS e a SIDERMEX.	26/ 4/1983	26/ 4/1983
Convênio Complementar ao Acordo pelo qual se criou a Comissão Mista Brasil-México, entre o Consider, do Brasil, e a CCIS, do México, de 24/07/74.	17/ 1/1978	18/ 1/1978
Acordo sobre Sanidade Animal.	17/ 1/1978	18/ 1/1978
Acordo Básico de Cooperação Industrial.	17/ 1/1978	28/ 2/1979
Convênio de Amizade e Cooperação	17/ 1/1978	21/ 2/1979

Aviso nº 723 - C. Civil.

Em 13 de outubro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Atenciosamente,



CARLOS E. ESTEVES LIMA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, interino

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 15/10/2010.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:14912/2010)